

# Salvem o agro

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da UnB e membro da Comissão Internacional da Unesco para o Futuro da Educação

Faltando poucas semanas para as eleições, não se veem propostas dos candidatos para salvar o agronegócio de três ameaças que sofrerá no futuro. A primeira é a ameaça ecológica. O agronegócio não sobreviverá às mudanças climáticas que ele ajuda a provocar. A destruição das florestas fatalmente afetará a produção da agricultura local, por isso a necessidade de regras para conservar as matas é indispensável para o agronegócio. Além disso, os impactos do desflorestamento afetam o clima em escala planetária, provocando consequências desestabilizadoras de todo o sistema agrícola: o agronegócio brasileiro não ficará imune. Muitos produtores, com lógica imediatista, ignorando filhos, netos e o Brasil, não veem a conservação florestal como parte da produção agrícola. No máximo, limitam as preocupações às matas dentro de sua propriedade.

Há candidatos que não se preocupam com o equilíbrio ecológico, outros que usam a agenda ecológica em oposição à produção agrícola. Alguns candidatos movidos por preconceitos ideológicos consideram o agronegócio como adversário porque não fazem as contas para saberem o que aconteceria na economia se não tivéssemos o agro. Outros não veem qualquer problema ecológico no Brasil, dizem que se europeus já queimaram suas florestas no passado, temos direito de queimar as nossas, agora, no século 21. Precisamos salvar o agronegócio, trazendo-o para o longo prazo, mesmo que isso exija sacrifícios no imediato. O novo governo deve ser defensor

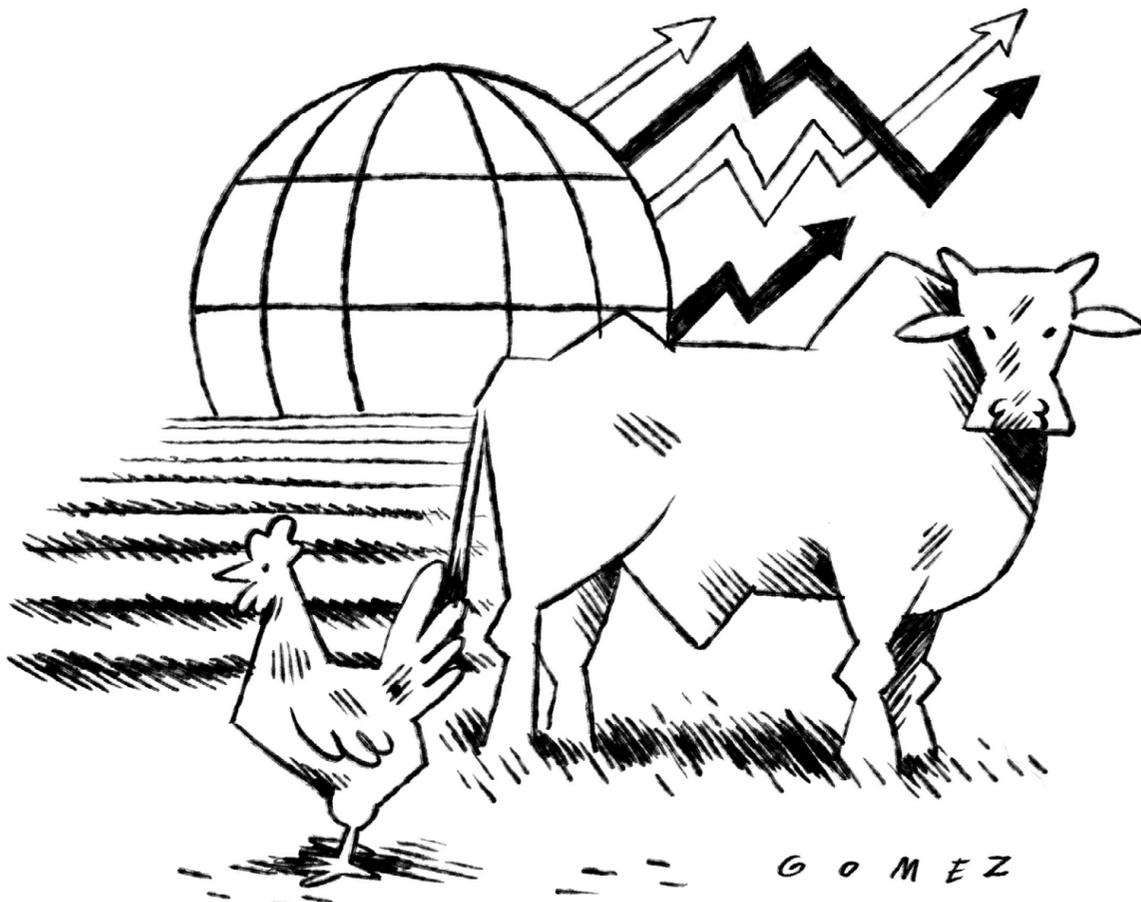
das florestas do mundo, inclusive da Amazônia, para salvar o agronegócio, negociando com empresários para convencê-los a defender os interesses nacionais no longo prazo. Propondo uma governança mundial para todas as florestas, inclusive as nossas.

A segunda ameaça ao agronegócio vem do boicote que se arma no mundo contra a importação de produtos brasileiros. Ao mesmo tempo que tomará medidas protetoras do meio ambiente, o próximo governo tem de ser capaz de usar a diplomacia para evitar o desastre que desabarará sobre a economia brasileira quando, em defesa da saúde da Terra, compradores se negarem a comprar nossos produtos. A coincidência do terrível verão que os europeus enfrentam com sucessivos recortes de destruição da Amazônia levará, certamente, à pressão para suspensão de compra de nossos produtos. Há 180 anos, por razões morais e econômicas, os ingleses proibiram o tráfico de escravos. Inicialmente, nossos escravocratas usaram o conceito de soberania para justificar a continuação do tráfico. O bom senso prevaleceu e o Brasil fez a própria lei proibindo o tráfico, os fazendeiros escravocratas diminuíram lucros, mas mantiveram a demanda por açúcar. Para os europeus de hoje, a queimada da Amazônia é vista como barbárie brasileira, do tipo da escravidão no século 19. O agronegócio do século 21 precisa lembrar dos escravocratas do final do século 20.

O terceiro salvamento do agronegócio tem a ver com o óbvio esgotamento dele no médio e longo prazo, devido a mudanças tecnológicas, geopolíticas e ambientais. Muitos não querem ver, mas

aconteceu no passado. As riquezas do açúcar e do algodão se esgotaram no Nordeste, quando a produção foi levada para o Caribe e para o sul dos Estados Unidos; a imensa riqueza da borracha se esgotou no norte, quando seringueiras foram levadas para a Malásia, e quando a borracha sintética foi inventada. São Paulo evitou a debacle do café, graças à preparação para o momento seguinte, da industrialização. Empresários lúcidos e governantes comprometidos permitiram ao Estado dar o salto para implantar o parque industrial, usando o capital acumulado antes da crise de 1929.

O Centro-Oeste precisa se preparar para o futuro, quando a China produzir soja e carne na África, na metade da distância para seus centros consumidores, ou até mesmo na Sibéria Russa, levando produtos de trem para Pequim. Ou quando eles forem produzidos sinteticamente. O próximo governo precisa salvar o agronegócio, preparando-o para os novos tempos da economia do conhecimento. Assim como foi feito em São Paulo ao passar da cafeicultura para a indústria mecânica. O Centro-Oeste deve começar sua marcha do agronegócio para a indústria do conhecimento. Para tanto, o próximo governo precisa oferecer condições para, aliados aos empresários, formular um rumo que faça do Centro-Oeste o nosso Vale do Silício: investir em educação de base, universidades e centros de pesquisa, em uma estratégia para salvar o agronegócio, mesmo depois dele, transformando-o no chipnegócio da economia do futuro.



## A ciência se encontra na UnB

» MÁRCIA ABRAHÃO

Reitora da UnB

A Universidade de Brasília (UnB) recebe de 24 a 30 de julho a 74ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). É o maior e mais importante encontro da comunidade de pesquisadores brasileiros. Nas comemorações dos 60 anos de existência da UnB, acolher esse evento nos enche de orgulho e nos convoca, sobretudo, a pensar a ciência no país hoje.

A situação não é nada boa. Há em curso um projeto sistemático de retirada de recursos das universidades e institutos federais e de todo o aparato de ciência e tecnologia construído no Brasil desde a década de 1950. Estão sendo asfixiados, por exemplo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Os cortes que atingem diretamente as universidades federais são dramáticos e projetam cenário desolador para nossas instituições, que, junto com as universidades estaduais, são responsáveis por mais de 90% da produção científica no Brasil. Vamos dizer com todas as palavras: essas decisões governamentais sobre orçamento para educação promovem um caos proposital, com a clara intenção de minar o ensino superior público e gratuito.

Só que não: a sociedade brasileira não permitirá o sucateamento proposital de um setor que promove inclusão e excelência. Não admitiremos a propagação enganosa da “balbúrdia” quando o que se faz na universidade pública é tão somente o cumprimento de missão delegada constitucionalmente por todos e para todos: desenvolver uma nação a partir do conhecimento, em ensino, pesquisa e extensão.

Apenas da UnB foram sacados R\$ 18,1 milhões este ano, de um orçamento que vem sendo diminuído desde 2017. No ano passado, não recebemos um centavo sequer do governo federal para investimento. Sem esse dinheiro, deixamos de comprar equipamentos de laboratório e livros, por exemplo. A verba bloqueada recentemente afeta o pagamento de serviços básicos, como água, luz, limpeza e segurança.

Retirar dinheiro do ensino superior é tornar ainda mais precária a vida de milhares de jovens brasileiros que sonham com um futuro melhor para suas famílias. Essa atitude de descaso para com a educação pública prejudica a permanência na universidade de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Prescindir da ciência, da inovação e da tecnologia significa abrir mão da soberania nacional.

Lançado pelo centro de estudos Sou Ciência, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o Painel de Financiamento da Ciência e Tecnologia e da Educação Superior Pública analisa a origem e o destino do dinheiro que deveria ser destinado à ciência e projeto soluções. O exemplo mais gritante do desmonte é o bloqueio dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

As estruturas de pesquisa brasileiras perderam quase R\$ 35 bilhões (dos R\$ 64 bilhões arrecadados), nos últimos cinco anos. Os recursos, provenientes de taxas e impostos obtidos com o fim específico de aplicação na ciência e tecnologia, foram desviados para outros fins. A luta das entidades da comunidade científica, entre elas a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é pela recomposição total dos orçamentos. Sem menos, com mais.

Final, que país é este que não aprende suas lições? O que se viu nos dois últimos anos, infelizmente atravessados por uma pandemia, foram respostas claras e bastante objetivas da ciência brasileira. Ainda insuficientes, é claro, diante de um mundo em constante ebulição e de um planeta em franca destruição pelo ser humano. Para corresponder aos anseios de um país sedento por progresso efetivo, a pesquisa científica precisa de financiamento permanente e sempre em ascensão.

Assim, o encontro da SBPC na próxima semana, programado para os quatro câmpus da UnB — Darcy Ribeiro, na Asa Norte, Ceilândia, Gama e Planaltina —, constitui oportunidade única para darmos visibilidade e voz a professores, pesquisadores e estudantes de todo o país com um desejo: trabalhar em paz em prol do bem comum. Queremos continuar a entrar em salas e laboratórios tomados pela força de ensinar e aprender.

Sob o tema “Ciência, independência e soberania nacional”, a vasta programação da reunião da SBPC, nos formatos presencial e on-line, retrata essa grandeza. É momento de mostrar o que sabemos e fazemos. Que esse encontro histórico marque a retomada do valor justo e real da educação e da ciência, para que o Brasil saia da contramão e não se torne mais vulnerável nas respostas aos desafios locais e globais.

Em parceria com várias entidades e organizações governamentais e não governamentais, às quais agradecemos, a UnB se coloca de braços abertos para receber as comunidades universitárias e a sociedade brasileira, brasileira e estrangeira em seus espaços de afeto e saber, construídos no cotidiano da capital há seis décadas. Mais do que nunca, nos próximos dias a universidade é um lugar aberto, diverso e democrático.

## O Brasil está secando

» APOLO HERINGER LISBOA

Médico, ambientalista e fundador do Projeto Manuelzão

Apesar de possuir 12% da água doce do planeta, o Brasil seca a cada ano. E não adianta termos um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, teoricamente, voltado para “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, conforme determina a legislação criada em 1997, se o nosso bem natural tão precioso está sendo degradado em todos os níveis pela gestão humana de caráter hidrocida, a serviço da exportação de commodities sem retorno ao povo brasileiro. Nossa água é confiscada na superfície de suas bacias hidrográficas, como nas bacias subterrâneas, de forma permanente. Tal prática, geradora da seca subterrânea, agravada pelo generalizado desmatamento no modelo da monocultura.

Um dos grandes responsáveis por esse crime ambiental que consome nossos ecossistemas é conhecido como hidronegócio. Trata-se de uma atividade que prepondera na economia brasileira desde os anos 1970 do século passado, com o projeto Jica, no governo Geisel. Abrange a indústria de transformação, a produção animal, a extrativa mineral e a agricultura, formando um sistema de

confisco do patrimônio da população como é o caso do direito constitucional à água, respeitando sua qualidade e quantidade. E que se estende também ao acesso aos usos múltiplos das águas dos rios, incluindo as águas subterrâneas. Isso tem provocado o fenômeno da seca subterrânea, cada vez mais constante no país, apesar de chuvas torrenciais que desabam no verão.

O empresariado e os governos têm conseguido manipular os legislativos legalizando o confisco às águas brutas, ilegítimo à luz da Constituição. E a sociedade, com partidos fora do seu controle, não tem conseguido reverter esse sistema pelos meios democráticos convencionais. O sistema de confisco empresarial, protegido e estimulado pelo Estado, se enraíza como controle privatizado da água bruta e o não pagamento do seu valor de mercado nos casos de usos significativos. Cobrar da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) uma política pública justa de cobrança da água bruta, como manda nossa consciência democrática, tornou-se ineficaz, uma total falta de respeito. Não há que tolerar a prática de grandes empresários ligados ao hidronegócio pagarem preços irrisórios por uma água que passa a ter valor agregado a partir do momento que são comercializados seus produtos como grãos, minério e carne.

Embora tenha sido constituída a Política Nacional de Recursos Hídricos reiterando ser a água um bem de domínio público cuja conservação é essencial, o que se vê na economia brasileira são setores do agronegócio e mineração consumirem juntos em torno de 70% do volume total dos usos consuntivos de água bruta retirada da natureza. Os sinais da escassez de água, em condições de acessibilidade aos seres vivos, pela destruição da biodiversidade e do solo, estão muito evidentes, assim como a morte das nascentes, rios e lagoas. Essa questão seria do âmbito das decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Mas a maioria dos comitês está caindo na armadilha suicida e economicista, capitaneada pelas agências de bacias hidrográficas, quando associações de empresários são reconhecidas pelos governos como agências.

Portanto, é necessário responsabilizar os mentores dessa economia por crimes socioambientais. É necessário responsabilizar os corresponsáveis como a mineradora Vale, Samarco e outras, após o que ocorreu em Bento Rodrigues, Bacia do Rio Doce em novembro de 2015, e no Córrego do Feijão, em Brumadinho, Bacia do Rio São Francisco em janeiro de 2019. Aí estão incluídas entidades representativas desses setores, o governo do estado, o Legislativo, o Judiciário e, em muitos casos, o Ministério Público. Por esses questionamentos e lutas, acreditamos que essas instituições estão vacilando na contramão da história, uma história que pode ter final trágico se o poder econômico e político não se conscientizar de viver em consonância com a natureza.